
O TRIBUTO E A ECONOMIA POLÍTICA CLÁSSICA

THE TAX AND THE CLASSICAL POLITICAL ECONOMY

MAURIN ALMEIDA FALCÃO

Estágio pós-doutoral na Universidade de Paris I-Panthéon-Sorbonne. Doutor em Direito Público pela Universidade de Paris XI-Sud. Membro do Instituto Internacional de Ciências Fiscais-2ISF. Coordenador do Grupo de Estudos sobre os Sistemas Tributários Contemporâneos-GETRIC. Professor do Mestrado em Direito e do curso de Direito da Universidade Católica de Brasília. E-mail: mfalcao@pos.ucb.br

ALINE ROBERTA HALIK

Especialista em Auditoria Pública pela Faculdade Fortium. Economista e Contadora graduada pela Universidade Federal do Tocantins UFT. Mestranda em Contabilidade na Universidade de Brasília. E-mail: alidf@ig.com.br

RESUMO

Objetivo: descrever a formação e o histórico da economia política clássica a partir da contribuição de Smith, Say, Ricardo e Grasiin, os quais consideraram em suas obras, de forma percuciente, a incidência do imposto nas etapas de produção, circulação, distribuição e consumo da riqueza.

Metodologia: a partir do método dedutivo, o texto busca demonstrar o papel sociopolítico do imposto nas diferentes relações morais, jurídicas, econômicas, políticas entre os homens, como demonstrou Gide em sua antológica obra sobre os Princípios da Economia Política. Por isso, o imposto teve um importante papel de arbitragem no processo de apropriação da riqueza social.

Resultados: os ensinamentos expendidos por aqueles preclaros expoentes das ciências econômicas ainda hoje se fazem presentes, embora muitos não o saibam, quando se debate o imposto. Os projetos de reforma tributária em curso em inúmeros países, inclusive no Brasil, se voltam para a busca de um sistema de tributação ótima,



o que foi amplamente abordado pelas economistas clássicos, principalmente os de influência liberal.

Contribuições: procurou-se evidenciar a estreita ligação do imposto com a economia política clássica do qual se tornou importante variável. As bases sobre as quais foi erigida essa importante ciência e que foram objeto da literatura produzida por Smith, Say, Ricardo e Graslín constituem hodiernamente um significativo estoque de conhecimento.

Palavras-chave: Economia política clássica; Riqueza social; Imposto.

ABSTRACT

Objective: to describe the formation and history of classical political economy from the contribution of Smith, Say, Ricardo and Graslín, who considered in their works the incidence of tax in the stages of production, circulation, distribution and consumption of wealth.

Methodology: from the deductive method, the text seeks to demonstrate the sociopolitical role of tax in the different moral, juridical, economic, and political relations among men, as Gide demonstrated in his anthological work on the Principles of Political Economy. Therefore, the tax had an important role of arbitration in the process of appropriation of social wealth.

Results: the teachings expounded by those presumptive exponents of the economic sciences are still present today, although many do not know it, when the tax is indebted. The tax reform projects underway in numerous countries, including Brazil, turn to the search for an optimal taxation system, which was widely addressed by classical economists, especially those with liberal influence.

Contributions: it was sought to highlight the close connection of the tax with the classical political economy of which it became an important variable. The foundations on which this important science was built and which were the object of the literature produced by Smith, Say, Ricardo and Graslín constitute today a significant stock of knowledge.

Keywords: Classical political economy; Social wealth; Tax.

1 INTRODUÇÃO

As relações dos homens em sociedade são marcadas por um disciplinamento que envolve diversos ramos do conhecimento humano tais como a moral, a religião,



a política, a economia e o jurídico, o que formou um contexto sociopolítico delineado de forma mais clara, a partir da emergência do Estado moderno. A crise do feudalismo, o surgimento do mercantilismo e a crise do *Ancien Régime* levaram às novas relações sociais, as quais foram marcadas não apenas pela mudança social na fase pós-Revolução Industrial, mas também pelos novos modos de produção e de comercialização. Por outro lado, as relações de trabalho advindas desses novos circuitos levaram à formação de uma ordem espontânea cujo motor era as ações racionais do homem econômico. Esse contexto remete à disputa pela escassa riqueza social em torno da qual todos se organizaram a fim de se obter posições privilegiadas. Em consequência, o cenário sociopolítico se viu impregnado pelas ações de um mosaico de grupos sociais cuja finalidade precípua era, justamente, o de aglutinar o poder econômico e o político. O fato é que a formulação de uma teoria das elites, dos grupos de pressão e de dominação, passou a explicar essa movimentação, o que abriu novas perspectivas de conhecimento do comportamento social.

É importante observar, pois, que o mercantilismo deu início ao processo de estruturação da economia política clássica e o que se pode verificar, a partir daí, foi o lançamento de um rico e controverso debate em torno não apenas de apropriação da riqueza social mas também dos processos que levavam a sua formação e o seu consumo. Essa perspectiva foi ainda mais ressaltada em face da inserção dos efeitos do imposto nas diversas etapas de circulação da riqueza. Inúmeros economistas clássicos se debruçaram sobre essa questão, sendo que a partir de então, foram criadas as bases teóricas que ainda hoje nutrem a vasta literatura sobre o tema e se constituem em fundamentos dos Estados em busca de sistema tributários ótimos.

Portanto, diante dessa relação intrínseca que há entre economia política clássica e o imposto, esse trabalho se propõe a descrever nos seus tópicos iniciais, a formação e o histórico da economia política clássica até a sua crise, o que levou à passagem do período clássico à economia moderna. Posteriormente, com vistas a responder os objetivos do presente texto, a argumentação se volta para a conexão entre o imposto e a economia política no período clássico, berço de tantas lições



assimiladas na atualidade. Todavia, para uma melhor compreensão do binômio econômica política clássica e imposto, impõe-se a necessidade de se avançar sobre o cenário contemporâneo o qual confirmaria a validade das lições dos economistas clássicos. Com efeito, no transcurso do movimentado Século XX, o imposto se firmou como importante meio de intervencionismo e de coesão social, recebendo do mesmo modo, críticas quantos aos seus efeitos nocivos sobre a liberdade individual e os valores do mercado. Vê-se, dessa forma, que o ônus fiscal sempre foi objeto de clivagens nas mais variadas doutrinas e ideologias. Porém, o seu papel como pedra angular das relações entre os homens, com vistas à obtenção de seu bem-estar e da felicidade nunca foi negligenciado.

2 A FORMAÇÃO DO CONCEITO DE ECONOMIA POLÍTICA

Definir uma ciência como a economia política não é uma tarefa cômoda na atualidade. Trata-se uma ciência que estuda o comportamento do homem, o qual tem sido submetido a modificações ao longo dos anos em função das diferentes etapas do processo evolutivo: a produção, circulação, distribuição e consumo de riquezas. Sem dúvida, a incidência dessas variáveis sobre o comportamento do homem, em um ambiente de escassez, resulta em uma ação voltada para o objetivo maior da sua existência: a busca da felicidade. A economia política pode ser nomeada ainda como economia clássica e os seus fundadores argumentavam que o seu objeto de estudo era o sistema de distribuição de riqueza que ocorre no sistema capitalista. Dessa forma, esse ramo de estudo seria então dedicado a analisar o sistema econômico com suas vertentes sociais e, posteriormente, inclui-lo dentro de um determinado período histórico.

A economia política se preocupa de uma forma geral com as alocações de produção de bens, como eles circulam no mercado e a distribuição desses bens na sociedade. Ou seja, o estudo das relações produtivas. Por isso, recebeu essa



denominação pois os economistas clássicos pretendiam que ela se tornasse uma ciência que explicasse, em grande parte, o modelo de produção e distribuição de riqueza que ocorria no sistema capitalista. Por outro lado, essa ciência deveria se voltar também para a análise do processo social em direção aos objetivos políticos, ou seja, a economia política deveria analisar, ao mesmo tempo, o campo normativo e positivo da economia. A economia política não é uma ciência pura como a matemática. Ao invés disso, ela está alocada no campo das ciências humanas e infere na concepção do homem, colocando-o sempre no cerne das suas discussões na qualidade de ciência.

A economia política pode ser definida então como o ramo que estuda o funcionamento dos sistemas econômicos e suas interações com o comportamento humano e o estudo deste diante da questão econômica principal da humanidade: como atender as necessidades diante da escassez dos recursos?

O termo economia política foi descrito inicialmente por Antoine de Montchrétien em 1615, em seu livro "Tratado de Economia Política", onde fez um estudo das relações de produção entre os capitalistas, os proletários e os proprietários de terras. Preliminarmente, para se ter uma melhor noção do termo, faz-se necessário citar Bobbio (1998, p. 954), o qual descreveu o termo *política* como derivado do adjetivo *pólis* (*politikós*), que significa tudo o que se refere à cidade e, conseqüentemente, o que é urbano. Nas suas origens a economia política tinha o intuito de analisar o ciclo econômico e suas interações com a produção e circulação sendo que os economistas clássicos tinham ainda a intenção de romper com as suas preocupações em relação aos mercantilistas. Aliás, ao se tratar sobre a economia política faz-se necessário citar os economistas clássicos que foram os precursores dessa ciência como Adam Smith, David Ricardo e Stuart Mill.

Os economistas que deram início aos estudos da economia política não queriam constituir apenas uma disciplina. Os esforços se concentravam em torno da concepção de um objeto de análise que possibilitasse explicar as relações produtivas de forma autônoma. É importante observar que o objetivo dos autores que escreveram



sobre problemas econômicos nos séculos XVII e XVIII, não era uma teoria *per se*, muito menos a construção de modelos abstratos de análise, mas a discussão e a formulação de políticas concretas, envolvendo tributos, moeda, comércio, preços, dentre outros (TEIXEIRA, 2000, p.10). De fato, a economia política é, sobretudo, uma ciência social. O seu objetivo é o estudo do comportamento humano e, nessa perspectiva, a análise econômica sempre se inicia a partir do estudo da interação entre o homem e o meio econômico. Para Singer (1995, p. 26), o problema que a economia política se preocupa em responder seria sobre quais leis presidem a repartição do produto social entre as diferentes classes que compõe a sociedade.

O Estado e o mercado formam uma interação social em um diálogo que se constitui em objeto de estudo da economia política. Sant'Anna (2000), ainda completa que, pelo fato de a interação entre o Estado e o mercado ser dinâmica muda também o objeto de estudo da economia política. Nessa hipótese, o Estado sofre influência de um pequeno grupo social organizado, denominado de elite e, por isso, os interesses públicos podem ser sacrificados em função das necessidades dessa minoria organizada. O modo de condução dos interesses dessa elite acaba por alterar a forma de acumulação capitalista.

Ao longo dos séculos XVII e XVIII, a economia política se desenvolveu, se estruturou e acumulou o estoque de conhecimentos que haveria de sustentar a economia política clássica, resultante da contribuição nesse decurso temporal, de largo rol de pensadores, dentre os quais cabe lembrar William Petty (1623-1687) na Inglaterra, e Pierre de Boisguillebert (1646-1714) na França (PAULO NETTO, BRAZ, 2012, p. 28). Cabe ressaltar a necessidade de compreensão do sistema internacional, a economia (mercado), o Estado (política), e a interação entre eles. Esse contexto da economia política surge como uma escola que oscila entre o neorrealismo e o neoliberalismo.

Houve também o aparecimento de um novo termo dentro da economia política, assim descrito por Teixeira (2000, p. 85): “A partir do final daquele século, no entanto, a expressão foi sendo progressivamente abandonada, surgindo um novo



termo – *economics* – que passou a gozar da preferência dos economistas para designar a sua ciência”.

Desse modo, a expressão economia política é utilizada somente para designar o período clássico da economia sendo o seu uso restrito nos dias atuais.

3 UMA BREVE HISTÓRIA DA ECONOMIA POLÍTICA

A história de surgimento dos primeiros indícios da economia política remonta ao período de transição do feudalismo para o capitalismo, com a emergência dos problemas advindos da crescente integração dos mercados. Com a eclosão do capitalismo, houve a expansão da produção de bens e serviços, surgindo nesse ínterim, o termo da *política*.

Desde o Século XVIII, os primeiros problemas relacionados à integração de mercados já eram conhecidos. Nesse sentido, a economia política clássica veio ao encontro da burguesia revolucionária que nesse período, ainda tentava fazer prevalecer os ideais do liberalismo econômico, em um contexto marcado pelos resquícios do feudalismo. Essa burguesia nascente utilizava os princípios da economia política como o melhor caminho para se atingir o livre mercado e para combater os interesses dos feudaisistas. Fica claro neste contexto que a burguesia já se encontrava estabelecida como classe dominante e capaz de impor as suas ideologias.

No período entre a ascensão da burguesia e a crise do sistema feudal surge a classe trabalhadora (proletariado), o que levaria à crise da economia clássica. As clivagens entre os valores do liberalismo e da recém-inaugurada social democracia romperia com o quadro sociopolítico predominante até então. A revolução burguesa não conduziu ao prometido “reino da liberdade” mas a uma ordem social mais livre que a anterior. Todavia, continha limites decorrentes de uma nova dominação de classe (MARTINS, 2011). Assim, a característica marcante do pensamento dos



séculos XVII e XVIII, desde Locke até Montesquieu, foi a de pensar um mundo novo que nascia sob o impacto das revoluções inglesas, a de 1640 e a de 1688. A marca mais forte do pensamento político do Século XIX foi o de refletir sobre a época europeia criada pela Revolução Francesa e sobre a sociedade criada, primeiro na Inglaterra e depois em toda a Europa ocidental (WEFFORT, 2006, p. 06).

Submetida às inúmeras correntes doutrinárias e ideológicas que permeavam a cena política europeia do Século XIX, a economia política se viu confrontada a diferentes percepções. Sem dúvida, o seu foco de estudo passou a mudar de forma constante. Por examinar as relações entre o Estado e sociedade, em um processo de interação dinâmica, o escopo da economia política clássica seria diferente da base de estudo de Marx, por exemplo. A mudança social traria então, um novo confronto entre classes e o confronto entre a burguesia e o proletariado emergente daria início à crise da economia clássica. É necessário enfatizar que esse contexto fortaleceu as teorias de Karl Marx sobre a luta de classes e a exploração do proletariado. Todavia, muitos não tiveram os seus trabalhos reconhecidos. De fato, muito tempo depois e após um exame detalhado das várias obras produzidas, é que se constatou a sua relação com a economia política. Este é o caso, por exemplo, de Carl Menger (1840-1921), nascido na Áustria e professor de Economia Política na Universidade de Viena.

Do resultado do rico período de construção da economia política, pode-se afirmar, de forma objetiva, que no fim do Século XX esta ciência da riqueza se organizou em torno de duas linhas claramente definidas: o protecionismo e o liberalismo. Os grandes temas da economia moderna repercutiram sempre de maneira constante, o debate em torno desses dois valores, o que justificou o aparecimento de uma rede de organismos internacionais destinados a fixar regras de conduta para os Estados, tudo com o intuito de favorecer a primazia dos valores da economia de mercado.

A economia política clássica teve um período de duração de aproximadamente duzentos anos, quando os problemas econômicos evoluíram e a economia se tornou uma ciência autônoma destinada, sem dúvida, a sustentar o



capitalismo enquanto modelo econômico recepcionado por boa parte dos países. Tudo graças aos estudos dos economistas clássicos.

4 A ECONOMIA POLÍTICA CLÁSSICA

O período que se pode designar como clássico dentro da economia política foi iniciado por volta do Século XVIII até meados do Século XIX. O prelúdio de seu corpo teórico ganha forma com os estudos de Petty na França e termina com a publicação dos trabalhos de David Ricardo, na Inglaterra. Os economistas clássicos, foram os fundadores de todo um arcabouço teórico que permitiu a estruturação da ciência econômica e o seu reconhecimento como disciplina.

Os clássicos não são atemporais. Eles são parte da atualidade porque fazem parte das nossas raízes. São, por assim dizer, a declaração da nossa historicidade (WEFFORT, 2006, p. 06). Adam Smith (considerado o pai da moderna teoria econômica) e David Ricardo podem ser considerados os grandes ícones da economia clássica. Em consequência, duas vertentes se formaram: a primeira corrente pregava que a essa ciência interessava compreender o conjunto das relações sociais, ou seja, uma visão ampla da vida social. A segunda corrente diz respeito ao modo como os principais pensadores da economia política entendiam a relação entre o dinheiro, o capital, o lucro, o salário e o mercado. Esses pensadores acreditavam que, uma vez instaurados na organização social, esses pressupostos permaneciam inalteráveis na sua estrutura.

A questão central de David Ricardo divergia daquela de Adam Smith. Para este, o objetivo primordial se concentraria na investigação da causa do crescimento das nações. Ricardo por sua vez, entendia que a acumulação de capital era um problema simples por decorrer da manutenção de altas taxas de lucros. O problema central nesse caso então seria o da distribuição do produto total entre as três categorias (proprietários, donos do capital e trabalhadores). Entretanto, Ricardo



apontou em seus estudos que o problema se concentrava na produção agrícola. Sem dúvida, as características especiais desse segmento levariam à distribuição de lucros em outros setores. Ricardo foi considerado o sucessor de Adam Smith no papel de difusor da jovem ciência conhecida então como Economia Política (RICARDO, 1996, p. 05).

Na sua obra mestra – Princípios de Economia Política e Tributação – Ricardo já apontava que o principal debate da economia política era o de “determinar as leis que regem a distribuição do produto total da terra entre as três classes, o proprietário da terra, o dono do capital necessário para seu cultivo e os trabalhadores, que entram com o trabalho para o cultivo da terra” (RICARDO, 1996, p. 09). A obra do economista inglês foi uma precursora em seu tempo ao analisar a distribuição de renda na sociedade. Posteriormente, esse tema foi alvo dos estudos de Marx e Keynes. Inclusive, Ricardo talvez já predissesse o futuro estudo de Marx sobre o valor do trabalho por afirmar que “o valor de uma mercadoria é igual à quantidade de trabalho humano que foi utilizado para fazê-la”, (IZIDORO, 2014, p. 70).

Enquanto Smith voltou os seus estudos para a produção de renda, Ricardo buscava analisar a distribuição dessa renda entre os proprietários, trabalhadores e capitalistas. Smith acreditava que o não intervencionismo seria mais benéfico à sociedade. Essa análise culminaria na formulação do antológico conceito sobre a teoria da mão invisível, fundada na autorregulamentação dos mercados. Todavia, segundo Cordeiro (2014, p. 09), as teses defendidas por Smith e Ricardo sofreriam fortes questionamentos, ainda em meados do século XIX, em razão de pregarem a não intervenção dos governos nas relações econômicas com outras nações.

Smith e Ricardo não queriam somente constituir uma disciplina específica mas almejavam compreender o modo de funcionamento da sociedade remanescente do mundo feudal que estava se formando. Por isso, a economia política clássica é tão voltada à teoria social e à distribuição do produto na sociedade. Os teóricos deste período não se consideravam estudiosos, mas interventores políticos e sociais. Por



isso, não se preocupavam com modelos matemáticos mas na formulação de uma teoria que explicasse o modelo econômico vigente.

5 A ECONOMIA POLÍTICA MARXISTA

Karl Marx (1818-1883) baseou seus estudos na dominação exercida pela classe burguesa sobre o proletariado. Dessa forma, as suas pretensões enquanto teórico da matéria era de que os trabalhadores tivessem um verdadeiro conhecimento da situação social em que estavam inseridos. Para isso dedicou quase quarenta anos de estudo para explicar o surgimento, o desenvolvimento, a consolidação e a crise da classe burguesa. Os trabalhos de Marx possibilitaram o conhecimento profundo dessa classe que se ergueu após a derrocada do feudalismo. Marx também se dedicou ao entendimento da dinâmica do capital e as teorias que desenvolveu ainda permanecem na agenda atual. Pode-se afirmar que as contribuições desse pensador foram tão importantes que a economia política se divide em dois períodos: antes e depois de Marx. O revolucionário socialista se voltou para a análise da teoria de valor e a sua conexão com o processo de trabalho.

Poucos na História do Pensamento Econômico foram, de forma tão profunda e detalhada, capazes de analisar o funcionamento do capitalismo, desvendando as contradições e impasses inerentes ao seu próprio desenvolvimento, como Karl Marx, e detectando os principais vetores que garantem o apropriado funcionamento, como John Maynard Keynes (GONDIM, LIMA, 2013, p.02).

Paulo Netto e Braz (2012, p. 36), assim resumem o estudo de Marx:

[...] resultou que a sociedade burguesa não é uma organização social histórica, transitória, que contém no seu próprio interior contradições e tendências que possibilitam a sua superação, dando lugar a outro tipo de sociedade – precisamente a sociedade comunista, que também não marca o fim da história, mas o início de uma nova história construída pela sociedade emancipada.



Na obra de Marx, o pensamento do Século XIX realiza a sua variante mais radical de combinação entre uma teoria da sociedade (e da economia) e uma teoria da revolução (WEFFORT, 2006, p. 11). Os estudos de Ricardo serviram como propulsores à teoria de Marx. Em realidade, ambos afirmavam que o valor da mercadoria estava no trabalho empregado. A análise de Marx rompeu com seus antecessores, ele desenvolveu um novo método de pesquisa para a Economia Política que reconfigurou o próprio conceito dessa ciência. Lange (1963, p. 19) elucidou bem o pensamento de Marx ao aduzir que “o objetivo da Economia Política não é simplesmente a “produção”, mas as relações sociais que existem entre os homens na produção, a estrutura social da produção”. A crítica de Marx à Economia Política não implicava na ruptura com o pensamento dos economistas clássicos, mas imprimia um tom de superação do modelo.

Marx defendia que o capital compra o trabalho do operário e não o trabalho em si, e isto seria então uma mercadoria-força sujeita também às leis gerais do mercado. Portanto, o capitalismo compra a força de trabalho do proletariado. Essa mercadoria-força irá produzir um valor e o capitalista retirará o seu lucro da diferença de valor que a mercadoria-força cria e o valor que é pago ao trabalhador por essa força de trabalho. Esta diferença é chamada de mais-valia, ou seja, a diferença entre o valor que é pago pela força de trabalho e o valor que o trabalho cria. Na apropriação da mais-valia produzida pelo proletariado reside a exploração inerente ao sistema capitalista conduzida pelos patrões capitalistas. Como sistema assentado na propriedade privada (capitalista), os meios de produção e o recurso ao trabalho assalariado, ao trabalho livre, i.e., ao trabalho de indivíduos que são legalmente livres, mas que são, por razões econômicas (de pura sobrevivência), compelidos a vender no respectivo mercado, a sua força de trabalho (BELLO et al, 2012, p. 36). Depreende-se que as relações sociais, fontes do conflito de classes em razão direta dos desequilíbrios entre o capital e o trabalho, são uma constante na análise de Marx. Mesmo a mudança social ocorrida na fase posterior à Revolução Industrial, não aplacou a ira de Marx. Ao se referir a esse conjunto de transformações sociais, Marx reiterou que o mesmo agravaria ainda mais a disputa de classes. Impregnados por



essa reação de Marx, Bouvier-Ajam, Ibarrola e Pasquarelli (1975, p. 247) sintetizaram corretamente a noção de economia política ao assinalarem que a mesma seria a “*Science des lois du développement des rapports des hommes entre eux dans la production sociale, c’est-à-dire des rapports sociaux de production*”.

A teoria de Marx também poderia ser traduzida como a relação entre os lucros e salários e de seu diferencial que seria a mais-valia. Por essa razão, criticou a obra de Adam Smith, pois este pregava que o capitalismo seria bom para todos, o que na visão de Marx seria um equívoco. Nessa hipótese, essa perspectiva não consideraria a exploração dos trabalhadores. Para Marx, a existência de um “exército de reserva” conserva os salários reais em um nível que permite apenas a sobrevivência (IZIDORO, 2014, p. 68).

Os estudos do ilustre mestre afirmam também que o desemprego é fruto do desejo crescente dos capitalistas por lucro. A tese foi tão avançada que a teoria do capital defendida por ele remete a teoria keynesiana desenvolvida anos mais tarde. Deve-se deixar claro que Marx também foi um defensor do socialismo e da revolução do proletariado, sua obra até hoje é vista como uma base analítica aceitável, de forma diferente da escola clássica.

6 A CRISE DA ECONOMIA POLÍTICA CLÁSSICA

Na metade do Século XIX tem início uma das primeiras crises da economia política. A classe burguesa que se formava, em consequência do ocaso do feudalismo, entra em confronto com o proletariado. Esse contexto daria início a uma longa batalha e levaria ao clássico desequilíbrio entre o capital e o trabalho. O cenário sociopolítico que se alinhava no horizonte apontaria as falhas do mercado liberal e o advento do intervencionismo estatal nas sociedades pós-revolução industrial. Cabe ressaltar que esse confronto se constituiu na pedra angular da argumentação desenvolvida por Marx em suas obras.



A primeira crise da economia política, que ocorreu na fase da economia clássica, se deve à mudança na relação entre a burguesia e o proletariado. A burguesia se tornou uma classe conservadora e a economia política clássica deixou de expressar seus ideais. Os trabalhadores passam a confrontar a burguesia pois existem pensadores que demonstram a teoria do valor-trabalho aos proletariados. E esta já não mais interessava à classe burguesa e, em consequência, à economia política clássica uma vez que foram os pensadores desta teoria que desenvolveram o referido conceito do valor-trabalho. A crise na economia clássica estava ligada às deficiências crônicas da teoria, problemas metodológicos e às lacunas existentes na explicação dos problemas sociais que ocorriam na época. Por esta razão, o liberalismo pregado por Smith e Ricardo foi duramente criticado no início do século XIX.

Segundo os economistas clássicos, a economia de mercado geraria a máxima eficiência, ou seja, sempre existiria uma coordenação do mercado de forma oculta e, nesse caso, o papel do Estado seria apenas o de criar medidas para que os contratos fossem cumpridos. No entanto, com o agravamento das crises econômicas da década de 1930, esta teoria não se mostrou suficiente para explicar o funcionamento do mercado.

Assim como há autores que não podem deixar de ser citados quando se fala de determinado tema, pode-se afirmar que a economia clássica serviu e ainda serve de suporte a estudos, debates e análises que sustentam toda uma teoria econômica. Com efeito, quando se fala em economia, não se pode deixar de citar a economia política a qual propiciou os fundamentos de toda a estrutura existente. A crise da economia política clássica praticamente destruiu até mesmo a utilização da sua denominação tradicional. A disciplina passou a ser nominada apenas de *economia* e não mais, economia política.



7 A ECONOMIA POLÍTICA POLÍTICA E O IMPOSTO NO PERÍODO CLÁSSICO

O imposto e todo o seu espectro, como disseminado ao longo da história dos povos, não poderia jamais ser dessasociado da análise que se faz sobre a economia política, seja ela a clássica ou nos contornos adquiridos em sua fase contemporânea. A partir do objeto de estudo da economia política clássica, tal como consagrado por seus autores cujas lições atravessaram os séculos, o processo de produção, circulação e distribuição da riqueza escassa, responsável pelo incremento do bem-estar dos indivíduos e, em última instância pela felicidade, como assim prega os cânones da economia social, foi submetido ao crivo também do imposto. O exame dos seus efeitos sobre essas diversas etapas da riqueza - da produção ao consumo - se constituiu em debate controverso acerca da sua incidência. A intervenção do Estado foi sempre vista como um meio de influenciar a decisão dos indivíduos e a partir desse pressuposto pode-se firmar que o acesso privilegiado às formas de riqueza, seja por meio de uma tributação favorável ou a sua repercussão sobre outros segmentos sociopolíticos, se tornou o ponto de discórdia social. De fato, os efeitos do tributo sobre a produção ou destruição da riqueza levou, embora não de forma tão latente e talvez em decorrência de certa anestesia fiscal, ao recrudescimento da disputa de classes pela obtenção de favores fiscais junto ao Estado. Breve, o imposto se constituiu, desde os primórdios da economia política clássica, em variável de importância transcendental para a compreensão da organização sociopolítica que sucedeu a estrutura feudal. O capitalismo e as suas vertentes trouxe consigo uma significativa transformação do tecido social, fato esse confirmado pelos desdobramentos das sociedades pós-Revolução Industrial. Nesse caso, os novos processos produtivos e o estabelecimento de cadeias de comercialização não prescindiriam de uma análise sobre o efeito do imposto em seus diferentes momentos.

Inúmeros autores da economia clássica – Smith, Ricardo, Say e Grasiin – receberam em suas obras o tema do imposto e das suas repercussões sobre a economia política clássica ou, melhor dizendo, sobre o processo de produção,



circulação, distribuição e consumo da riqueza. A partir daí, verificou-se uma fricção entre grupos sociais com o intuito de postergar a repercussão do ônus tributário. De forma incontestável, a discussão em torno desse tema permeou o debate não apenas durante a crise da economia política clássica mas também por todo o Século XX. O embate ideológico que ganhou corpo durante as diversas fases da economia, seja em contexto de crise ou de desenvolvimento, permeou o debate tendo o imposto se tornado objeto de controvérsia. Ao final, prevaleceria a velha lógica das forças detentoras da primazia na formulação do sistema legal, isso em boa parte do mundo. A destruição da riqueza por meio do consumo passou a ser o alvo principal do ânimo arrecadatório, apesar dos seus efeitos regressivos se tratava de uma grande comodidade. Por outro lado, ficou preservada a formação do estoque de riquezas, responsável, sem dúvida, pelo florescimento da economia capitalista. Esse contexto foi confirmado, principalmente, após o desencadeamento da globalização financeira na fase que se seguiu ao fim do segundo grande conflito mundial. A mobilidade das bases tributáveis, principalmente da renda e do patrimônio, em um mundo globalizado, pôs em conflito um número significativo de sistemas tributários, levando a uma concorrência fiscal desleal, com perdas importantes para todos.

Para retomar as lições dos grandes pensadores da economia política clássica, no que tange ao imposto, deve-se citar de pronto, a formulação de Smith para o que ele consideraria como uma tributação ótima. Antes, é importante notar que essa proposição talvez tenha significado uma ruptura com o modelo fisiocrata e, por isso, atraiu os liberais. Tratava-se, em realidade, de um estudo econômico do imposto por considerar o fato de que em razão de suas preferências no mercado, os consumidores poderiam orientar a produção. Para Smith, um imposto ótimo deveria guardar quatro condições suficientes para gerar uma situação ótima. A equidade, a certeza, a conveniência de pagamento e economia no recolhimento do imposto se constituía na base da argumentação de Smith. O discurso de Smith tinha como escopo principal, a preservação e a harmonia entre as diversas etapas da riqueza e, com isso, a satisfação de todos estaria assegurada. Por mais simples que pareça a formulação de



Smith, ela encampa os discursos atuais por uma maior justiça fiscal. Conforme observou Arienti (1987, p. 50), Smith se preocupava com o fato de que “os efeitos dos impostos sobre cada rendimento pode na visão ideal afetar a harmonia social e, de outro lado, na visão real afetar a acumulação de capital”.

Dentre os economistas clássicos, Say talvez tenha sido aquele que mais esmiuçou a questão tributária na formação, distribuição e consumo da riqueza. Os conceitos expendidos em seu notável tratado de economia política se constituem em notável acervo de idéias as quais são aplicadas ainda em nossa atualidade, ainda que muitas não o saibam.

Por sua vez, o enunciado da Lei de Say, onde a oferta cria a sua própria demanda, que o notabilizou entre os economistas clássicos, não deixaria de considerar, justamente, o papel do imposto como algo de fato e não de direito (SAY, 1986, p. 417). Entretanto, Say teve o imposto sempre como um meio de aumentar os custos de produção e, por isso mesmo, se opõe ao progresso da indústria por impedi-la de produzir a custos menores (BELTRAME, 2003, p. 28). Nesse sentido, Say (1986, p. 420) se manifesta de forma circunscrita aos contornos liberais, para definir as cinco regras a partir do pressuposto de que “os melhores impostos, ou melhor, os menos ruins”, deveriam ser:

- 1) os de cota-parte moderada; 2) Os que acarretam o mínimo desses encargos que pesam sobre o contribuinte sem proveito para o tesouro público; 3) aqueles cujo peso se reparte eqüitativamente; 4) os que menos prejudicam a reprodução; 5) os que são favoráveis e não contrários à moral, isto é, aos hábitos úteis à sociedade.”

Convergingo as ideias de Smith e Say, verifica-se que a preocupação de ambos volta-se para a manutenção da capacidade de consumir (poder aquisitivo) dos contribuintes. Essa tem sido sempre a matriz liberal que conduz à sustentação da sociedade capitalista, fundada no modo de produção e de consumo. Deve ser observado o fato de que essa preocupação conduziu, desde o Século XIX, todo o debate em torno do imposto e da intervenção do Estado, ocorrendo contestações no



momento da consagração do keynesianismo, na renovação do contrato social em decorrência dos planos Beveridge (Welfare State) e, principalmente, na crise econômica internacional da década de 1970. A mudança radical do protótipo do Estado perdulário foi uma consequência automática do caos econômico instalado, confirmando as previsões de Mises e Hayek sobre os resultados desse modelo para as finanças públicas. Com razão, a expansão desmedida do Estado e da carga tributária em razão do aumento das contribuições sociais após 1944, levaria à degradação das bases econômicas e, sem dúvida, à redução do poder aquisitivo dos contribuintes. Com base nesse pressuposto, pode-se afirmar que houve um revigoramento do capitalismo a partir da referida década de 1970. Prevaleceu os ideais do neoliberalismo pregado pelos dois economistas austríacos ao longo de mais de cinquenta anos.

Prosseguindo na análise em curso, faz-se importante destacar ainda o papel de Ricardo, integrante do naipe dos economistas responsáveis pela “codificação” da economia política, e que vivenciou os momentos da Revolução Industrial, o que repercutiu de forma direta em seus escritos, além de ter influenciado diversas gerações. O seu esforço em “determinar as leis que regem a distribuição do produto total da terra entre as três classes, o proprietário da terra, o dono do capital necessário para seu cultivo e os trabalhadores, que entram com o trabalho para o cultivo da terra” ampliou o campo de entendimento da produção até o consumo da riqueza social (RICARDO, 1996, p. 15). De forma incontestável, pode-se aduzir que a incidência do imposto nessa tríade de classes formada pelos principais atores dos segmentos produtivos, influenciou Ricardo a tal ponto de levá-lo a intitular a sua antológica obra de “Princípios de Economia Política e Tributação”, sendo que aproximadamente, um terço da mesma foi consagrado à questão do imposto. Embora não tenha vivenciado a sequência de fatos que marcariam a mudança social ocorrida na sociedade pós-Revolução Industrial, a qual teria implicações profundas no sistema de produção, Ricardo delineou as suas teorias com uma antevisão do que viria posteriormente. Influenciado fortemente por Smith, o economista inglês daria prosseguimento, de forma mais crítica talvez, ao liberalismo econômico.



Ainda, na formulação dos cânones da economia política, deve-se fazer um resgate importante à obra de Jean-Joseph-Louis Graslin (1728-1790) que, com uma antecedência de nove anos em relação à obra de Smith - Uma Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações – publicaria a obra “Ensaio analítico sobre a riqueza e sobre o imposto”, o que levou Malbranque a afirmar que Graslin seria “*un précurseur nantais d’Adam Smith*”. Séculos mais tarde, Schumpeter (1983, 251) reiteraria que Graslin “*dépasse ses contemporains dans sa vision sur l’incidence de la fiscalité*”. Trata-se de, sem dúvida, de obra que, embora não tenha merecido a atenção dispensada a Smith, Say e Ricardo, continha as premissas de um sistema de impostos voltado para a tributação sobre o consumo, tendo o autor discutido ainda questões como a progressividade. Nesse caso específico e em face de sua condição de precursor de Smith, poderia até mesmo apontar o fato de que Graslin teria introduzido a noção de progressividade, de valor considerável quando se fala em justiça fiscal. Ao exemplificar o caso de uma tributação aplicada de forma igual, a desiguais, Graslin (2008, p. 243), apontou que “*Il y a donc un très grand défaut de proportion dans cette proportion même*”.

Ao introduzir a noção da progressividade, o autor estabeleceu acurada análise sobre a formação da riqueza e a incidência do imposto sobre os diferentes atores econômicos. A partir da sua obra original publicada em Nantes em 1767 e, posteriormente, em Londres, Graslin demonstrou o erro da teoria fisiocrata e exercitou a sua verve fiscal ao esboçar as bases do que seria hoje o imposto sobre o valor agregado (Malbranque, 2013, p. 98).

O marxismo não deixaria de lado um tema tão controverso quanto o tributo. A maioria dos economistas clássicos convergiu em suas análises ao demonstrar as conexões entre o imposto e as fases de produção, distribuição e consumo da riqueza. Marx destoa nesse universo ao apontá-lo como uma relação de forças entre classes antagonistas e entre grupos sociais, reiterando assim a sua percepção sobre a mudança social. Bouvier-Ajam, Ibarrola e Pasquarelli (1975, p. 340) ressaltam essa postura ao definirem o instituto do imposto como sendo:



Procédé par lequel l'État prend, principalement aux classes opprimées, définitivement et sans contrepartie, une partie de leurs biens ou de leurs revenus pour les affecter à la couverture des dépenses dont l'engagement lui est assigné par la classe au pouvoir, essentiellement à son avantage. Sa technique et son poids sont déterminés par le rapport des forces entre les classes antagonistes et entre les groupes sociaux qui composent certaines de ces classes.

Não importando a controvérsia gerada no seio da economia política clássica, uma vez que tal fato persiste na atual contemporaneidade, o papel transcendental do imposto como pedra angular de toda a formulação teórica empreendida a partir do aparecimento da sociedade moderna, se consolidou.

8 O IMPOSTO NA ECONOMIA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA

Se o imposto pontuou na agenda dos economistas clássicos, como destacado acima, a partir de seus efeitos nos processos de produção, distribuição e consumo da riqueza, as transformações sociais passariam a ser incorporadas ao mesmo com o intuito de se buscar uma melhor compreensão sociopolítica do corpo social. A gênese dos Estados sociais, acompanhada do intervencionismo estatal, alimentaria o controverso debate em torno do imposto por todo o Século XX. A partir dos mais diferentes horizontes, o ônus fiscal se constituiu em objeto de acalorado debate, o qual não viria desacompanhado de argumentos sólidos produzidos nos mais diferentes matizes ideológicos. Colocados em lados opostos em relação ao pulsante modelo intervencionista, Hayek e Keynes, por exemplo, expunham de forma convincente, suas razões e os seus valores, o que tornava difícil a adoção de uma ou de outro discurso. A alternância dos ciclos das crises econômicas parecia validar, ora o argumento de um, ora o argumento de outro.

Keynes defendia o intervencionismo estatal como o único meio de se debelar as crises produzidas pelos desequilíbrios macroeconômicos, sabendo-se que o Estado age por meio de suas funções intervencionistas, materializadas no tributo. Por sua vez, Hayek, o autor do “O Caminho da Servidão”, era um crítico ácido desse



intervencionismo, sendo acompanhado por Mises, o qual, ainda na década de 1920, expunha também as suas posições contrárias aos excessos da ação estatal. O novo modelo do Estado, originado nas diretrizes da Sociedade do Mont-Pèlerin fundada por Hayek, prevaleceria, sobretudo em meio à crise econômica internacional surgida em meados da década de 1970 (FALCÃO, 2012, p. 285).

Para uma melhor compreensão desse período, é preciso recuar ao final da Segunda Guerra Mundial, no momento da construção de uma nova ordem internacional. Aquele momento importante para a história universal produziu três ciclos sociopolíticos que mudariam o cenário das relações econômicas e políticas internacionais.

Como primeiro vetor, o advento da globalização financeira esteada na estratégia americana do tripé do desenvolvimento global. Ou seja, a concepção de uma estrutura assentada em organismos internacionais destinados à manutenção de uma paz duradoura, à regulação econômica internacional e a expansão do livre-comércio. Tais iniciativas deram origem aos “Trinta Gloriosos”, período compreendido entre 1945 e 1975, o qual foi responsável pelo notável desenvolvimento experimentado pelos principais atores internacionais, ou melhor, pela tríade formada pelos Estados Unidos e Canadá, pelo bloco europeu e pelo Japão. Como consequência desse movimento, teve-se também o desencadeamento dos processos de integração regional, de expansão das empresas transnacionais e dos investimentos e a conexão dos mercados financeiros. Toda essa arquitetura econômica e política internacional demandaram ainda, a elaboração de uma ordem jurídica internacional, assentada nos tratados quase sempre de natureza multilateral, com o intuito de se favorecer uma maior segurança para os Estados, para os investidores e empresas, as quais reclamavam garantias de repatriamento de seus lucros.

O segundo vetor está relacionado à expansão, ou melhor, à renovação do contratualismo em decorrência da implementação do Plano Beveridge, que trazia em seu bojo uma ampla reformulação do sistema de seguridade social, em um país devastado pelos efeitos da guerra e mergulhado na precariedade. O modelo seria



adotado em boa parte das economias ocidentais e levou ao aumento considerável das contribuições sociais, o que na visão liberal, reduziria o poder aquisitivo dos indivíduos com nítidas repercussões sobre os níveis de consumo e outras variáveis da espiral preço-salários. Enquanto duraram os efeitos benéficos dos Trinta Gloriosos, não foram percebidos maiores sobressaltos, principalmente nas hostes socialistas. Porém, com o fim do ciclo virtuoso iniciado em 1945, por ocasião da já mencionada crise da década de 1970, o Estado-providência entraria em declínio, sendo necessária uma releitura das estruturas do Estado e dos gastos sociais considerados excessivos até então.

O terceiro vetor, também gestado a partir de 1945, deu-se com a publicação da memorável obra de Hayke – O caminho da servidão – a qual aglutinou os descontentes com os excessos intervencionistas do Estado. Em síntese, a convocação daqueles que comungavam os mesmos valores levou à criação da Sociedade do Mont-Pèlerin, capitaneada por Hayek e que reuniu os economistas expoentes da nova geração. Esses viriam a influenciar, a partir daí, a formulação das estratégias com vistas a resgatar os fundamentos do liberalismo, surgindo, portanto, o neoliberalismo. As consequências que viriam posteriormente, do conhecimento de todos, levaram à reestruturação do velho Estado, ao fim da expansão dos gastos públicos, aos processos de privatização e a convergência obrigatória, em um sistema de interdependência, aos valores do livre mercado. Tudo isso, não apenas durante a década perdida (anos oitenta do Século XX) mas também na década seguinte.

O desdobramento da política instaurada pelos adeptos do pensamento de Hayek, principalmente nas fileiras americanas, levaria à construção de diversas escolas do pensamento econômico, dentre as quais podem ser destacadas a Escola de Chicago, a Escola do *Public Choice* e a Escola Libertariana. Essa renovação do pensamento econômico liberal mereceu a seguinte citação de Bouvier (2007, p. 206):

*Quoi qu'il en soit, M. Friedman et l'École de Chicago, J. Buchanan et l'École du **Public Choice** (dire encore École de Virginie), Murray Rothbard et l'ultra-*



libérale École libertarienne, sont véritablement apparus comme les nouveau maître à penser de l'économie.

É preciso insistir sobre o fato de que o estabelecimento de uma ordem internacional imposta aos países, principalmente aqueles em busca de inserção e com dependência dos fluxos mundiais de riquezas, levou à convergência coercitiva em torno da ação dos organismos de Bretton-Woods, do GATT e da ONU, os quais incorporaram, de imediato, a essência do novo pensamento econômico.

Bouvier (2007, p. 06) reiterou ainda nesse sentido que:

La critique de l'État communément admise qui s'ensuit porte en premier lieu sur son énorme croissance, source de dysfonctionnement du système économique, ainsi que sur les prélèvements obligatoires qu'il exige des contribuables pour exister, se développer et rembourser sa dette.

Ora, essa observação de Bouver permite a retomada do debate em torno do imposto e os seus efeitos, ou desfuncionamento do sistema econômico, como reitera o autor. Em realidade, o crescimento exagerado do Estado passou a ser o alvo dessa nova corrente econômica. Contudo, o pano de fundo seria a observação por todos, dos valores do mercado, da desregulamentação do Estado. Enfim, menos Estado, mais liberdade para todos. Ou seja, somente um Estado mínimo poderia garantir o bom funcionamento do mercado.

É preciso considerar, portanto, que o imposto, após a crise da economia política clássica, ganhou novas dimensões em razão da mudança social ocorrida na sociedade pós-Revolução Industrial e a consequente instauração da grande sociedade solidária, a qual tinha no ônus fiscal o seu meio de coesão social. Ocorria, assim, a emergência do Estado-providência. Posteriormente, a consolidação do intervencionismo e da socialdemocracia teve na República de Weimar um bom exemplo. Na fase seguinte, durante a crise dos anos trinta, o discurso de Keynes viria a consagrar o intervencionismo e a necessidade das ações do Estado para debelar os desequilíbrios macroeconômicos ou crises cíclicas.



De forma inquestionável, os trabalhos de Musgrave, nos anos cinquenta do Século XX, arrematariam as funções clássicas do tributo, permitindo a compreensão do seu papel como instrumento de ação do Estado. Em realidade, ao estruturar as funções do imposto em alocativa, redistributiva e estabilizadora, Musgrave conseguiu clarear a percepção do imposto nos termos em que foi colocado à época da economia política clássica e dos fatos que vieram após, como a mudança social, o keynesianismo e o conturbado período que foi a segunda metade do Século XX.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os contornos da economia política clássica, como os demais ramos das ciências, foram formados a partir da vida social e da diversidade das relações sociais. Ao envolver os modos de produção e de consumo da riqueza social, escassa e disputada por todos, a economia política clássica despertou o homem econômico, egoísta e racional e em busca incessante pela riqueza. A teoria social contemporânea tem exposto a ação de grupos de pressão e de elites, por exemplo, as quais confirmam a validade do conceito do homem econômico.

Por se tratar de um notável fato social, o imposto passou, desde os primeiros momentos, a fazer parte desse universo, tendo transitado da economia política clássica para a teoria econômica moderna. A sua incidência sobre as formas de produção e de consumo da riqueza conduziu todos a um debate controverso, tendo os sistemas tributários se tornando um espaço de disputa sociopolítica. Esse contexto reforça o conceito do homem econômico que, em face do imposto e do seu próprio mecanismo de aplicação, procura repercuti-lo sobre outros indivíduos.

Por isso, ao longo desse trabalho, procurou-se evidenciar a estreita ligação do imposto com a economia política clássica do qual se tornou importante variável. As bases sobre as quais foi erigida essa importante ciência e que foram objeto da literatura produzida por Smith, Say, Ricardo e Graslín, se constituem hodiernamente, em significativo estoque de conhecimento. De fato, os ensinamentos expendidos por



aqueles preclaros expoentes das ciências econômicas ainda hoje se fazem presentes, embora muitos não o saibam, quando se debate o imposto. Os projetos de reforma tributária em curso em inúmeros países, inclusive no Brasil, se voltam para a busca de um sistema de tributação ótima, o que foi amplamente abordado pelas economistas clássicos, principalmente os de influência liberal.

REFERÊNCIAS

ALFREDO, Benjamim. **Noções gerais de economia política**. Maputo: Monde Artes, 2010.

ARBEX, Marco Aurélio. **Economia política**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

ARIENTI, Wagner Leal. **A teoria tributária de Adam Smith: uma revisão**. Textos Econômicos 2, junho, 987, Florianópolis, p. 43-58.

BELLO, Enzo et al. **Direito e Marxismo: tendências atuais**. Caxias do Sul: Educus, 2012.

BELTRAME, Pierre. **La pensée libérale et l'impôt au XIXe. siècle en France**. Revue Française de Finances Publiques, Paris, 84, 2003, p. 23-41.

BOBBIO, Norberto et al. **Política e Ciência política**. Brasília, Universidade de Brasília, 1982.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário política**. 13ªed. Brasília: 1998, vl.01.

BOUVIER-AJAM, Maurice, IBARROLA, Jésus, PASQUARELLI, Nicolas. **Dictionnaire économie et social**. Paris: Éditions Sociales, 1975. (Centre d'Études et de Recherches Marxistes).

BOUVIER, Michel. **Introduction au droit fiscal général et à la théorie de l'impôt**. 8e. édition. Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 2007.

CORDEIRO, Marcos. **Economia Política Internacional: os desafios para o século XXI**. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

FALCÃO, Maurin Almeida. O Estado, o mercado e as transformações econômicas, políticas e sociais como determinantes de uma economia política do tributo. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, 104, jan/jun 2012, p. 263-289.



GIDE, Charles. *Principes d'Economie Politique*. Paris: Reccueil Sirey, 1913.

GONDIM, V. S.; LIMA, S. R. R. **O pensamento de Karl Marx e John Maynard Keynes sobre a dinâmica do capitalismo**. In: XII Semana de Economia da Universidade do Sudoeste da Bahia (UESB), 2013, Vitória da Conquista. Anais Eletrônicos, 2013.

GRASLIN, Jean-Joseph-Louis. *Essai analytique sur la richesse et sur l'impôt*. Paris: L'Harmattan, 2008. (Réédition du texte de 1911).

GRESPLAN, Jorge. **A crise na crítica à economia política**. Disponível em http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie2594_merged.pdf. Acessado em 23 de abr. de 2015.

IZIDORO, Cleyton. **Economia e política**. São Paulo: Pearson, 2014.

LANGE, O. **Moderna economia política**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.

LÊNIN, V. I. **Obras Escolhidas em três tomos**. Lisboa/Moscú: Avante/Progresso, 1977.

MALBRANQUE, Benoît. *Les économistes bretons: et leur place dans le développement de l'économie politique*. Marcq-en-Baroeul: Institut Coppet, 2013.

MANTEGA, Guido. **A Economia Política Brasileira**. São Paulo: Vozes, 1984.

MARTINS, Lia. **Economia Política – introdução**, 2011. Disponível em <http://servicosocial-nordeste.blogspot.com/2011/11/economia-politica-%20introducao.html>. Acessado em 05 de maio de 2015.

MARX, K. *Crítica de la Economía Política*. México: Fundo de Cultura Económica. Volume III, 1975

PAULO NETTO, José, BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

RICARDO, David. **Principios de Economia Política e Tributação**. Trad. Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SANT'ANNA, José. **Economia política internacional e economia política**. Capítulo II. Brasília: Ministérios das Relações Exteriores, Rio Branco, 2000.

SAY, Jean-Baptiste. **Tratado de Economia Política**. 2ª. ed. Trad. Balthazar Barbosa Filho. São Paulo: Nova Cultural, 1986.



SCHUMPETER, Joseph A. *Histoire de l'analyse économique* : l'âge des fondateurs I. Paris; Gallimard, 1983.

SINGER, Paul. **Curso de Introdução à Economia Política**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

TEIXEIRA, A. **Marx e a Economia Política: a crítica como conceito**. *Econômica* (Niterói), v. 4, p. 1-2, 2000.

WEFFORT, Francisco C. **Os clássicos da política**. 11ª ed. São Paulo: Ática, 2006.

